

Governo do DF deve barrar impeachment
Arruda tem aliados nos principais postos das comissões que decidirão seu futuro **◻ PÁG. A8**

GOVERNO

Ministros são chamados a explicar bate-boca e ameaças de demissão

Em encontros ontem, Lula deixou claro que está irritado com crise sobre Programa de Direitos Humanos

Leonêncio Nossa
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou os ministros Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) e Nelson Jobim (Defesa) para explicar a troca de insultos e as ameaças de demissão, que classificou de “chantagens” contra o governo. Em encontros ontem no Centro Cultural Banco do Brasil, Lula deixou claro que está irritado com a crise sobre o projeto do Programa Nacional de Direitos Humanos, que prevê o interrogatório de torturadores do regime militar (1964-1985), e orientou Vannuchi até mesmo a interromper as férias, segundo assessores.

No centro cultural, onde despachou ontem, Lula determinou à sua equipe que o início do seu último ano de gestão deve ser pautado por balanços positivos do governo e conclusões de projetos em andamento. A crise, na avaliação de assessores do próprio presidente, só expôs problemas que não são da esfera do Planalto. Para Lula, a questão das torturas e execuções sumárias ocorridas na época da ditadura devem ser resolvidas pela Justiça.

Embora seja considerado um ministro sem peso político, Vannuchi conta com a simpatia de setores importantes do Planalto, que não veem com bons olhos o comportamento de representantes das Forças Armadas diante de um projeto elaborado por diversos ministros civis.

Uma parte do governo classificou como “insubordinação” a atitude de comandantes das Forças Armadas em protestar nos bastidores.

Franklin e Dilma procuram não se envolver na briga dos dois colegas

Dispostos a manter relação amistosa com as Forças Armadas, os ministros Franklin Martins (Comunicação Social) e Dilma Rouseff (Casa Civil) procuraram não se envolver na briga. Ambos, no entanto, não escondem que o tema dos direitos humanos precisa ser visto com atenção pelo governo.

VERDADE

Assessores do governo observam que, por trás da proposta de uma Comissão da Verdade para esclarecer o que ocorreu nos porões da ditadura, não está apenas uma disputa entre os ministros de Direitos Humanos e da Defesa. Lula, segundo pessoas próximas, sabe que tem uma “dívida” com as entidades que buscam informações sobre os crimes da ditadura.

Desde que assumiu, em 2003, o presidente nunca cobrou dos militares o esclarecimento sobre torturas e execuções de guerrilheiros. Os arquivos oficiais sobre os crimes nunca foram abertos.

Pessoas próximas de Lula dizem que agora, faltando menos de um ano para deixar o poder, o presidente precisaria dar uma satisfação aos parentes dos mortos. Para assessores, o processo de redemocratização completará 25 anos e o esclarecimento dos fatos há muito deixou de ser visto como risco à estabilidade política. ●

TEMAS POLÊMICOS

Assuntos como aborto, controle da mídia e conflitos de terra já figuravam nas edições anteriores do PNDH, mas com textos menos específicos

	PNDH 3 Editado por Lula em dezembro de 2009	PNDH 2 Implementado em 2002, por FHC
Tortura 	● Designar grupo de trabalho para elaborar, até abril de 2010, projeto de lei que institua Comissão Nacional da Verdade para examinar as violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política no período de 1964-1985	● Não tratava sobre o assunto
Aborto 	● Apoiar a aprovação do projeto de lei que descriminaliza o aborto, considerando a autonomia das mulheres para decidir sobre seus corpos	● Considerar o aborto como tema de saúde pública, com a garantia do acesso aos serviços de saúde para os casos previstos em lei. Desenvolver programas educativos sobre planejamento familiar, promovendo o acesso aos métodos anticoncepcionais no âmbito do SUS
Símbolos religiosos 	● Desenvolver mecanismos para impedir a ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da União	● Prevenir e combater a intolerância religiosa, inclusive no que diz respeito a religiões minoritárias e a cultos afro-brasileiros. Proibir a veiculação de propaganda e mensagens racistas e/ou xenofóbicas que difamem as religiões e incitem ao ódio contra valores espirituais e/ou culturais
União de homossexuais 	● Apoiar projeto de lei que dispõe sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo, assegurando os reflexos jurídicos deste ato	● Apoiar a regulamentação da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo e a regulamentação da lei de redesignação de sexo e mudança de registro civil para transexuais
Mídia 	● Propor a criação de marco legal regulamentando o art. 221 da Constituição, estabelecendo o respeito aos Direitos Humanos nos serviços de radiodifusão (rádio e televisão) concedidos, permitidos ou autorizados, como condição para sua outorga e renovação, prevendo penalidades administrativas como advertência, multa, suspensão da programação e cassação, de acordo com a gravidade das violações praticadas	● Apoiar a instalação no âmbito do Poder Legislativo, do Conselho de Comunicação Social, com o objetivo de garantir o controle democrático das concessões de rádio e televisão, regulamentar o uso dos meios de comunicação social e coibir práticas contrárias aos direitos humanos
Conflitos de terra 	● Assegurar a criação de marco jurídico brasileiro na prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos, garantindo o devido processo legal e a função social da propriedade	● Assegurar o cumprimento da Lei 9.416, que torna obrigatória a presença do juiz ou de representante do Ministério Público no local, por ocasião do cumprimento de mandado de manutenção ou reintegração de posse de terras, quando houver pluralidade de réus, para prevenir conflitos violentos no campo, ouvido também o órgão administrativo da reforma agrária

Plano ‘atualiza’ texto da era FHC com intervencionismo

Exceto capítulo sobre Comissão da Verdade, todos os grandes temas foram analisados na versão de 2002

Roldão Arruda

Em linhas gerais, a terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos, aprovada dias atrás pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, parece apenas a atualização da versão lançada em 2002 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Com exceção do capítulo sobre a Comissão da Verdade, que não existia, todos os grandes temas abordados agora já haviam sido analisados ou tangenciados no documento anterior. Uma leitura mais atenta, porém, permite ver que o programa atual é mais incisivo e carregado de propostas de intervenções políticas.

Os exemplos estão espalhados pela extensa lista de ações apresentadas no programa. Um deles é o que trata dos quilombolas. O texto anterior recomendava “promover o cadastramento e a identificação das comunidades remanescentes de quilom-

bos, em todo o território nacional, com vistas a possibilitar a emissão dos títulos de propriedade definitiva de suas terras”.

O atual fala em “assegurar às comunidades quilombolas a posse de seus territórios, acelerando a identificação, o reconhecimento, a demarcação e a titulação desses territórios, respeitando e preservando os sítios de valor simbólico e histórico”. Além de ser mais detalhada e de recorrer ao verbo “acelerar”, esta versão toca numa questão polêmica: a possibilidade oferecida aos quilombolas de reivindicarem mais terras do que aquelas que ocupam. Seriam as terras ocupadas pelos antepassados, consideradas de valor simbólico e histórico.

Ao mesmo tempo que atende aos quilombolas, a proposta causa arrepios entre líderes ruralistas. Eles também não gostam da expressão “trabalho escravo”, do texto atual. Acha mais adequado “trabalho força-

do”, do anterior.

O documento de Fernando Henrique, com 518 tópicos, era mais genérico. O atual até define qual ministério deve levar a cabo essa ou aquela ação política ou educativa.

O governo anterior defendeu o combate à intolerância religiosa. Mas não recomendou retirar crucifixos de estabelecimentos públicos, como se fez agora, irritando líderes católicos.

Projeto atual causa arrepios entre os representantes dos proprietários rurais

O texto de 2002 dedicou longo capítulo aos direitos da mulher. Não falou, porém, em apoiar um projeto delei que descriminaliza o aborto. Nem na “autonomia das mulheres para decidir sobre seus próprios cor-

pos” (expressão que a Igreja Católica tem combatido em todas as conferências internacionais sobre o tema).

Fernando Henrique também evitou atritos com as Forças Armadas. Recomendou cursos de capacitação em direitos humanos para militares servem no exterior, em missões da ONU. Mas, sabendo que não gostam de ingerências na caserna, evitou falar no currículo das escolas de formação.

O atual governo, mesmo advertido, insistiu em uma recomendação para que a questão dos direitos humanos seja incluída no currículo das escolas militares. O ministro Paulo Vannuchi considera essa questão indispensável, uma espécie de vacina política, considerando que os militares patrocinaram o golpe de 1964. Para alguns oficiais, no entanto, é uma intervenção desnecessária.

Os capítulos sobre diversidade sexual e reforma agrária também ganharam mais detalhes. O texto final, transformado em decreto por Lula, passou por várias versões. Nas anteriores, a Comissão da Verdade seria criada automaticamente por decreto presidencial – e não por um projeto de lei a ser enviado ao Congresso, como se pretende agora. ●

Comissão da Verdade não é negociável, diz Vannuchi

Após um curto período de férias na praia, o ministro Paulo Vannuchi, de Direitos Humanos, aguardava ontem um chamado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tratar o Programa de Direitos Humanos. Disposto a não causar constrangimentos políticos ao presidente, de quem é amigo desde os primórdios do PT, ele vai ao encontro disposto a negociar o que for possível no texto do documento. “Vamos nos esforçar para encontrar soluções que contemplem todos os lados”, disse ele. “É hora de superar dificuldades e afastar crises.”

Ele pode recuar em temas como aborto, união civil de homossexuais e outros. Mas também tem seu limite: não pretende retroceder na questão da Comissão da Verdade – destinada a apurar violações de direitos humanos, cometidas por agentes do Estado na ditadura militar.

Ele deve deixar o governo, se o capítulo for suprimido ou passar por alterações substanciais. “Se for dada uma orientação não assimilável por mim, vou dizer que, nesse contexto, eu saio. Não posso ser conivente, nem me omitir”, afirmou o ministro, que pegou em armas contra a ditadura, foi preso, condenado e cumpriu pena. “Não sou político de carreira, estou no governo porque fui convocado e atendi à convocação. Sou um assessor do presidente e sigo suas orientações. Se tiver de sair, tenho muitos planos para levar adiante.”

Vannuchi afirma que o programa em debate é equilibrado e democrático. “Pode ser criticado, pode ter falhas e imperfeições, como toda obra humana, mas não pode ser desqualificado, como estão fazendo.” ● **R.A.**

OAB paulista aponta ‘falta de equilíbrio’

Na contramão da presidência nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, que defende o Programa de Direitos Humanos e declara apoio ao ministro Paulo Vannuchi, a OAB em São Paulo criticou duramente ontem o plano do governo “por criar insegurança jurídica e querer impor a censura à mídia”. A OAB paulista, que agrega o maior contingente de advogados do País, com 280 mil profissionais, sustenta que “falta ao programa o devido equilíbrio”.

Em nota oficial, o presidente da OAB-SP, Luiz Flávio Borges D’Urso, e o novo coordenador da Comissão de Direitos Humanos, Martim Sampaio, advertem que a polêmica em torno da Comissão da Verdade “ainda precisa ser melhor detalhada para afastar o que vem sendo compreendido como revanchismo pelos militares”.

Segundo a OAB paulista, ao propor que um juiz de Direito decida sobre reintegração de posse a partir de audiência pública o programa institui “uma espécie de justiça popular, em conflito com o Estado de Direito”. ● **FAUSTO MACEDO**